

O Rio Ribeira do Iguape continua correndo livre: quinze anos de lutas contra a barragem de Tijuco Alto

Chélen Fischer de Lemos¹

1. Introdução

Em 15/01/1987 o jornal *Gazeta do Povo* publicou uma reportagem em que relatava a pretensão da Companhia Brasileira de Alumínio – pertencente ao Grupo Votorantim – de construir uma usina hidrelétrica no alto curso do rio Ribeira, a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. Começou aí uma luta que durou quinze anos contra o barramento do Rio Ribeira do Iguape.

O conflito social pela apropriação e uso de recursos naturais territorializados, tinha um forte componente cultural e simbólico, especialmente relacionados aos seguintes aspectos: i) a vegetação da bacia do rio Ribeira do Iguape é composta basicamente de Mata Atlântica, bastante conservada do ponto de vista ambiental; ii) o rio Ribeira do Iguape é o único que corre livre de barramentos em todo o Estado de São Paulo; e iii) a presença de comunidades remanescentes de Quilombos à jusante da barragem inseriu mais um elemento sócio-cultural à disputa, visto que estas comunidades têm seus direitos garantidos por lei².

Este texto tem como objetivo reconstituir e analisar o conflito em torno da construção da UHE Tijuco Alto – desde o início em 1987 até a definitiva negação da licença ambiental para o empreendimento em 2003 – procurando registrar esta importante vitória contra a construção de barragens e analisar as razões que permitiram alcançá-la, derrotando poderosos interesses econômicos.

2. O objeto e a natureza do conflito em torno de Tijuco Alto

O Vale do Ribeira, situado entre os estados de São Paulo e Paraná, é uma das regiões mais pobres e menos desenvolvidas desses estados. De maneira geral, a região é dividida, inclusive administrativamente, em alto e baixo Ribeira. O Alto Ribeira é ocupado predominantemente por lavradores que trabalham a terra em pequenas propriedades, as

¹ Socióloga, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutoranda do IPPUR. Contato: chelen@terra.com.br e chelen.fischer@gmail.com

² Os dispositivos constitucionais que garantem a sobrevivência das comunidades remanescentes de quilombos (Constituição Federal, art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e art. 216, § 5º), fundamentam-se na concepção de que só é possível garantir a preservação e sobrevivência cultural destes grupos sociais se as condições objetivas de existência – entenda-se a propriedade das terras ocupadas – for garantida, posto que a terra constitui o elemento que permite a ligação entre os indivíduos e a comunidade com seu meio.

quais possuem baixa produtividade tanto devido à baixa tecnologia, quanto à pouca fertilidade do solo e a acentuada declividade dos terrenos. A atividade econômica mais dinâmica ao longo dos anos 1990 foi a mineração, especialmente a fluorita (matéria-prima essencial à produção de alumínio) e o quartzo, praticada por grandes grupos empresariais. O Baixo Ribeira compõem-se de várzeas que se estendem até o litoral. Aí se encontra o maior contingente populacional da região, bem como as principais atividades agrícolas de caráter mercantil (destacando-se a produção de chá e banana). Existem também várias comunidades de pescadores ao longo do rio, cujas famílias vivem da pesca da manjuba.

A presença dos últimos remanescentes de Mata Atlântica confere grande importância à região e o rio Ribeira do Iguape, com seus 470km de extensão, é fundamental para a manutenção deste ecossistema, bem como do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, próximo à foz. Este ecossistema rico é, ao mesmo tempo, muito frágil devido a sua complexidade e interdependência. A região apresenta muitas áreas protegidas pela legislação ambiental³ e particularidades culturais, como a presença de comunidades remanescentes de Quilombos.

Existem importantes recursos naturais na região (florestais, hídricos, minerais etc.) que suscitam o interesse de vários setores econômicos. As áreas de proteção ambiental existentes, consolidadas ou não, colocam problemas à exploração desses recursos tanto por parte dos grupos econômicos interessados, quanto pela população local, o que gera outros conflitos. Em um documento intitulado “Considerações ao Ilmo Senhor Secretário de Meio Ambiente, Dr. Édis Milaré”, a questão é colocada da seguinte forma:

“Os problemas e conflitos com a Polícia florestal não de terminar na hora que esteja definido o uso de cada área e garantida a atividade econômica do povo. Os conflitos, a partir da população tradicional, de que eu tenho conhecimento, quase nunca foram questões de depredação, mas de sobrevivência. Isto se resolve dentro de um Macrozoneamento adequado. Para ser adequado, tem de ser amplamente discutido com a população local! (...) Os Parques ambientais têm uma razoável população! É curioso como o Estado é quase incapaz de encarar esta realidade tão premente. Isto se deve às contradições existentes dentro da sociedade e de seus governos. (...) Os posseiros tradicionais são, de fato, os verdadeiros protetores das áreas ainda intactas. Áreas sem população estão permanentemente sujeitas a agressões e invasões, mesmo que haja na região guardas florestais ou guardas a partir da própria secretaria. (...) A atividade agrícola de subsistência não polui, nem agride os ecossistemas, mas é urgente que haja uma política de formação de Agentes do próprio povo nativo, em vista de uma atuação mais adequada nestas áreas de preservação. A população tradicional forma uma parte essencial dos Ecossistemas a serem preservados.” (Padre João 30, Processo SMA nº 0531/89, pp 228-234, *apud* LEMOS, 1999: 94)

³ Existem 24 Unidades de Conservação na região e 51% do território do Vale é legalmente protegido.

Este relato acentua um aspecto ressaltado por Drummond (1992) que aponta como questão fundamental para a preservação das florestas tropicais úmidas a consideração da população que nelas vivem e se reproduzem.

O contraste entre a pobreza da sociedade local e a disponibilidade de recursos naturais no Vale do Ribeira torna esta região especialmente complexa, particularmente em relação aos problemas sócio-ambientais. Dois tipos de conflitos sociais interligados têm como base este contraste: os conflitos fundiários e os conflitos ambientais propriamente ditos. Tais conflitos envolvem não só a disputa pela apropriação de territórios e uso dos recursos naturais, mas também a forma de exploração (e/ou conservação) desses recursos; o que remete a diferentes concepções de desenvolvimento e meio ambiente. Nestas lutas envolvem-se posseiros, grileiros, proprietários de terras (legais ou forjados), populações tradicionais (caiçaras, remanescentes de Quilombos etc.), investidores capitalistas e o poder público, através de suas empresas e órgãos de planejamento e controle.

A perspectiva da construção de quatro barragens nesta região (Itaóca, Funil, Batatal e Tijuco Alto), com inundação de terras e deslocamento forçado de inúmeras famílias, contribuiu para exacerbar esses conflitos. Sendo a primeira usina a entrar em processo de licenciamento ambiental, as discussões e embates em torno da construção da UHE Tijuco Alto tomaram grandes proporções.

2.1. Histórico do empreendimento

Há mais de cinquenta anos o potencial hídrico da região vem sendo estudado. O estudo de partição de quedas feito na região pela CESP (COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO) que propôs a construção de quatro usinas hidrelétricas: Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal. O conjunto de usinas teria uma potência instalada total de 539 MW.

A concessão do aproveitamento hidrelétrico para o empreendimento de Tijuco Alto foi solicitada na primeira metade da década de 1980 ao governo federal pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e foi concedida pelo antigo DNAEE (atual ANEEL) em 1988. O objetivo do empreendimento seria a auto-produção de energia elétrica, com vistas à ampliação da capacidade de produção de alumínio do complexo industrial da CBA instalado em Mairinque/SP. A usina teria potência instalada de 144 MW (em duas unidades de 72 MW) e a energia produzida seria injetada no sistema interligado, através da subestação de Apiaí. A barragem de concreto projetada para o alto curso do Rio Ribeira teria 153m de altura e crista na cota de 303m, propiciando a criação de um reservatório com nível d'água de 300m, que corresponderia ao nível máximo normal para o controle de

enchentes. Neste nível, a previsão de área inundada seria de 52,8 km² ⁴. O investimento previsto era de cerca de US\$ 225 milhões.

3. Os atores sociais envolvidos no conflito

Atores diretamente envolvidos: i) população a ser atingida: agricultores, pescadores, comunidades remanescentes de Quilombos, população urbana dos municípios; ii) empreendedor: Companhia Brasileira de Alumínio, empresa do Grupo Votorantim⁵ e o próprio dono do Grupo Antônio Ermírio de Moraes; iii) organizações da sociedade civil; iv) políticos locais; v) órgãos públicos estaduais e federais: ANEEL, Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SP, CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente⁶, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Ministério Público.

Atores indiretamente envolvidos: i) comunidade científica; ii) governos estaduais do Estado do Paraná e do Estado de São Paulo; iii) CESP⁷; e iv) mídia. Em determinados momentos, alguns desses atores como os governos estaduais e a CESP atuaram/influenciaram diretamente no conflito.

3.1. Os principais atores e seu campo de atuação

População atingida – a população que seria atingida organizou-se, criando dois diferentes movimentos sociais organizados: a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira no Paraná e o Movimento dos Ameaçados pela Barragens (MOAB) em São Paulo. Ambas as organizações opuseram-se ao empreendimento desde o início, alegando que o benefício social do empreendimento era muito duvidoso em relação aos prejuízos que poderia causar ao meio ambiente e às populações locais.

A Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira foi criada no dia 11/07/1988, a partir das primeiras notícias sobre o empreendimento. A principal estratégia de luta utilizada pela Comissão foi a realização de *assembléias populares* com a participação da população

⁴ Com esta previsão, os municípios de Ribeira, Adrianópolis e Cerro Azul teriam respectivamente 14,6, 10,7 e 26,7 km² dos seus territórios inundados.

⁵ O Grupo Votorantim (<http://www.votorantim.com>) foi fundado em 1918 e é considerado a maior corporação de capital privado nacional do país. A CBA (www.aluminiocba.com.br), candidata a empreendedora da usina, é uma das 40 empresas que compõem o Grupo que possui fábricas de cimento, papel e celulose, metalúrgicas, bancos, fábricas de sucos, fazendas de reflorestamento, usinas hidrelétricas etc. (*Revista Veja*, 03/06/1998, pp. 136-141)

⁶ O CONSEMA (www.ambiente.sp.gov.br/Consema) foi criado em 1983 (Decreto n.º 20.903 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) e é o órgão deliberativo responsável pela discussão e elaboração das normas e diretrizes da política ambiental do Estado de São Paulo, inclusive pelo licenciamento ambiental.

local, políticos e instituições municipais, além do órgão ambiental do Paraná e do empreendedor.

O MOAB adotou como estratégia a mobilização (realização de atos públicos de protesto em vários lugares: na capital paulista, em Brasília, na própria região etc.) junto com organizações ambientalistas e instituições da sociedade civil, com forte apoio do Movimento Nacional dos Atingidos (MAB)⁸ para chamar a atenção de autoridades e da população em geral. Na primeira fase do licenciamento, uma das estratégias utilizadas foi a solicitação de realização de audiência pública na capital do estado, a fim de que num local mais afastado da área em conflito e dos políticos locais favoráveis ao empreendimento, outros segmentos da sociedade, tivessem oportunidade de manifestar-se sobre a construção da usina e sobre a questão da construção de barragens na região. Após a concessão das licenças e posterior cassação das mesmas em 1994, o MOAB procurou fortalecer as alianças com entidades e ONGs, buscando construir oportunidades de manifestação e mobilização. Durante todo o processo de luta, o MOAB recusou-se a aceitar qualquer alternativa que incluísse a construção das barragens. A radicalidade desta posição cristalizou-se na escolha do nome da organização – movimento dos *ameaçados* pelas barragens – e não de *atingidos*⁹. Mesmo atuando junto ao movimento nacional (MAB), o MOAB não abriu mão desta particularidade. Ao contrário, buscou afirmar a identidade quilombola das comunidades do Vale, acionando-a em contraposição à ameaça das barragens. Este elemento identitário tornou-se fundamental na construção da idéia de que se tratava de uma luta por um modo específico de vida, com cultura própria e uma visão própria sobre o desenvolvimento, diferente do proposto pelo empreendimento.

O empreendedor – O Grupo Votorantim é a maior corporação capitalista nacional e o empresário Antônio Ermírio de Moraes, dono do Grupo, teve um papel muito importante

⁷ A CESP tinha interesse na construção de outras barragens na mesma bacia (Itaóca, Funil e Batatal) e articulou-se com a CBA para realizar os estudos de partição de quedas da bacia, a fim de demonstrar a viabilidade da usina de Tijuco Alto e as demais por ela pleiteadas.

⁸ www.mabnacional.org.br

⁹ A identidade de atingido foi construída com o aprofundamento das lutas, a partir de uma nova atribuição de sentido ao significado corrente desta palavra, que passou a descrever um sujeito social e político ativo na defesa do seu território, das suas práticas sociais e do seu modo de vida; contraposto a um outro sujeito representado pelo empreendimento hidrelétrico (no papel da empresa) que “interfere” e interage negativamente neste espaço e em suas dinâmicas sociais. A constituição da identidade de atingido – que se apresenta em confronto com um determinado processo de expropriação, orquestrado a partir do centro hegemônico, e ao lado de outros movimentos de trabalhadores que sofrem processos semelhantes – foi um passo fundamental para a evolução do movimento e para a constituição do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens. Uma vez assumida a identidade de atingidos, o sentido passivo e pejorativo da palavra foi invertido para o sentido ativo e positivo de resistência não apenas contra projetos específicos de intervenção no território, mas contra uma forma de planejamento e desenvolvimento que excluía parcela significativa da população (VAINER, 1995).

no conflito visto que, por sua posição de destaque no empresariado nacional, colocava-se em situação privilegiada para falar do empreendimento como instrumento de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, especialmente através da mídia.

Para conquistar a simpatia do governo estadual do Paraná o empresário propôs a construção de um complexo industrial de flúor em Adrianópolis, e continuar o plano de expansão do setor de cimento no estado. Assim, a compensação àquele estado iria além dos *royalties*¹⁰ e impostos, situando-se no campo dos investimentos.

Da mesma forma, falando diretamente aos prefeitos e políticos locais, procurou convencê-los de que os investimentos na construção da usina beneficiariam os municípios com o aumento da arrecadação, a criação de empregos, melhorias das estradas, regularização da vazão do rio (que evitaria as enchentes periódicas), além da possibilidade de criação de um pólo turístico no lago artificial gerado pela represa.

Com respeito à população dos municípios afetados, a estratégia adotada foi a de ir pessoalmente a esses municípios para estabelecer contatos com a população em geral. O empresário esteve presente nas duas *assembléias populares* realizadas em Cerro Azul/PR e na votação da concessão da licença ambiental na reunião do CONSEMA/SP.

Organizações da sociedade civil¹¹ – as entidades ambientalistas e outras instituições da sociedade civil desempenharam um importante papel no desenvolvimento dos conflitos em torno da construção das barragens no Vale do Ribeira. A dimensão dos conflitos sociais (especialmente fundiários) e as especificidades ambientais da região atraíram a atenção a ação de diversas organizações não governamentais (ONGs) das mais diferentes naturezas (ambientalistas, associações classistas e profissionais, assistencialistas, religiosas, de apoio e assessoria aos movimentos populares etc.), que se mobilizam não só na luta contra a construção da UHE Tijuco Alto, mas também das outras barragens planejadas para a bacia. Muitas foram as formas de atuação dessas instituições que possuem uma verdadeira rede de produção e troca de informações. Através de redes de comunicação, de boletins e da *internet*, divulgaram informações sobre os empreendimentos planejados para a região e suas conseqüências negativas. Por meio do envio de correspondências aos diversos órgãos

¹⁰ Os *royalties* são a compensação pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica (6% sobre o valor da energia produzida), a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos estados e municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios (Art. 2º, Lei n.º 7.990 de 28.12.1989).

¹¹ Dentre as principais ONGs encontram-se o Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org), a Fundação SOS Mata Atlântica (www.sosmatatlantica.org.br), o GEEP-Açungui (Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná) e Instituto de Pesquisas de Garaqueçaba. Outras instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão Pró-Índio, além de sindicatos rurais também atuaram no conflito.

oficiais, pressionaram os governos estaduais e o IBAMA no sentido da não concessão da licença ambiental. Juntamente com o movimento dos atingidos (o MAB e MOAB), participaram das manifestações públicas, auxiliando na organização e divulgação, bem como ajudaram a organizar e divulgar moções de repúdio e abaixo-assinados.

Políticos locais – em sua maioria, os políticos dos municípios a serem afetados apoiaram a realização do empreendimento, especialmente tendo em vista os *royalties* que os municípios receberiam. A ocorrência de enchentes¹² também foi usada para mobilizá-los em favor do empreendimento. Do ponto de vista desses políticos o empreendimento representava uma possibilidade de investimentos e, portanto, de desenvolvimento para a região. Em alguns momentos, especialmente por ocasião das assembléias populares em Cerro Azul e diante da mobilização popular, alguns prefeitos e vereadores se manifestaram contra o empreendimento, mas passada a mobilização, voltaram a se posicionar favoravelmente.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)¹³ – o DNAEE concedeu o aproveitamento hidrelétrico à CBA em 1988, descumprindo algumas normas de concessão estabelecidas por ele mesmo. Houve uma inversão nos procedimentos¹⁴, que exigiam a aprovação do Projeto Básico Ambiental como condição da outorga de concessão do aproveitamento hidrelétrico do trecho do rio, ou seja, todo o procedimento de avaliação ambiental e licenciamento prévio já deveria ter sido concluído quando da outorga. Após esta fase inicial, este órgão afastou-se, pelo menos de forma mais visível e direta, do processo de licenciamento ambiental. Em 2001, impelida pela crise energética, a ANEEL voltou a pressionar o IBAMA para agilizar o licenciamento de Tijuco Alto.

Órgãos estaduais de meio ambiente (Instituto Ambiental do Paraná e Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SP) e CONSEMA – estes órgãos tiveram um papel importante na primeira fase do licenciamento. Os Estudos e Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental da UHE Tijuco Alto foram analisados por cada

¹² Grandes enchentes foram registradas na região nos anos 1954, 1965, 1973, 1983, 1987, 1990, 1995, 1997 e 1998 (DAEE, 1999). A cada ocorrência, desde o início do processo de licenciamento, o empreendedor tentou convencer as autoridades da oportunidade de realização do empreendimento, sob o argumento que a barragem iria ajudar a regularizar o rio e conseqüentemente, reduzir os efeitos do fenômeno. A idéia de que a barragem de Tijuco Alto poderia contribuir para o controle de enchentes na região é refutada por diversos estudiosos (p. ex. Bermann, 1993) devido ao fato de a barragem ser projetada para o alto curso do rio, longe das cidades que costumam ser inundadas. Além disso, haveria o risco de piorar o problema das inundações, caso a barragem necessitasse verter um grande volume d'água para preservar sua própria integridade, em caso de precipitações pluviométricas acima da capacidade do reservatório.

¹³ <http://www.aneel.gov.br>.

¹⁴ Cf. Portaria do DNAEE de 17/08/1984, composta pelas Normas 01, 02, 03 e 04, que dispõem sobre a apresentação de estudos e de Projetos de Exploração de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica (Brasil, DNAEE, 1989).

órgão em separado. O processo teve uma votação polêmica no CONSEMA, com manifestações públicas de repúdio e de apoio ao empreendimento. Esta primeira fase do licenciamento culminou com a concessão das licenças prévias ambientais por ambos os órgãos estaduais (Paraná em 11/02/1994 e São Paulo em 26/05/1994) e sua posterior cassação através de ação civil pública, pelo Ministério Público.

IBAMA – no início do processo, o IBAMA¹⁵ deixou aos órgãos estaduais de meio ambiente de São Paulo e do Paraná a responsabilidade pelo processo de licenciamento da UHE Tijuco Alto. Posteriormente, quando da cassação das licenças na justiça, houve uma tentativa por parte da CBA de convalidação das licenças já emitidas por meio de um parecer do IBAMA. O Ministério Público interveio, determinando que a responsabilidade pelo licenciamento fosse assumida pelo IBAMA, eliminando a hipótese da convalidação das licenças sem julgamento do mérito da questão, como havia sido proposto pela CBA e inicialmente acatado pelo IBAMA¹⁶.

Ministério Público – acatou a requisição para instauração de inquérito civil para apurar os fatos responsáveis pela outorga da concessão do aproveitamento hidráulico do rio Ribeira do Iguape e a solicitação de que o EIA e respectivo RIMA fossem submetidos à análise do IBAMA e do CONAMA. A alegação dos processos foi baseada no fato de o rio Ribeira do Iguape ser um rio que banha dois estados (São Paulo e Paraná), o que caracterizaria uma situação de interesse regional, tornando a competência sobre a decisão de construção ou não da barragem de âmbito federal e não estadual. Por outro lado, a projeção de quatro usinas (Itaóca, Funil, Batatal e Tijuco Alto) ao longo do mesmo rio exigiria a consideração do impacto global para a região, já que se verificariam efeitos cumulativos e ações interativas entre os barramentos, com conseqüências regionais muito expressivas. Assim, considerando as conseqüências que poderiam advir da emissão das licenças prévias, foram concedidas ordens liminares suspendendo os efeitos dessas licenças e proibindo o prosseguimento do processo de licenciamento e o início das obras. Tal fato determinou uma apreciação mais criteriosa do EIA pelo IBAMA com a participação de peritos indicados pelo Ministério Público.

Governo do Estado de São Paulo – sempre foi favorável ao empreendimento, usando como principal argumento o de que a barragem ajudaria na regularização da vazão do rio, contribuindo para reduzir as conseqüências das enchentes periódicas. Esta posição foi

¹⁵ <http://www.ibama.gov.br>.

¹⁶ Of. GP/N.º 859/94-I da Presidente do IBAMA ao Presidente da CBA, de 22/12/1994, Processo SMA n.º 0531/89, pp. 937-941, *apud* LEMOS, 1999: 136.

reiterada em 2003 no *Fórum São Paulo Governo Presente*¹⁷, no qual a usina de Tijuco Alto foi defendida como “alternativa para o desenvolvimento sustentável da região”.

Governo do Estado do Paraná – as maiores perdas territoriais, econômicas, sociais e ambientais produzidos pela construção da usina ocorreriam no Estado do Paraná. Inicialmente, o governo disputou com o Estado de São Paulo pelos investimentos da CBA. Na luta para aumentar sua fatia nas compensações, governo do Paraná manteve uma posição ambígua em relação ao empreendimento. Enquanto tentava conquistar a implantação da planta industrial de alumínio para o território paranaense, parecendo estar de acordo com a construção da usina sob esta condição, produziu também um discurso aparentemente contrário à sua implantação, que apontava o fato de o empreendimento não representar qualquer benefício para a economia do estado¹⁸. Em 08/06/1988 foi formalizado um Protocolo de Intenções entre o governo do Estado do Paraná e a CBA, no qual foram fixados os compromissos de cada parte para a construção da UHE Tijuco Alto. Caberia à CBA realizar investimentos no território paranaense que resultassem em efeitos fiscais, geração de empregos e outros efeitos sociais e econômicos que compensassem o estado pela construção da usina. Com relação ao impactos sociais, econômicos e ambientais do empreendimento, a CBA deveria comprometer-se com o seguinte procedimento: adequar as características operacionais do projeto e o relacionamento com comunidades e entidades a partir de diretrizes estabelecidas por um Plano de Desenvolvimento elaborado pelo estado, onde fossem consideradas a “inserção regional” do empreendimento e as possibilidades de uso múltiplo da barragem. A CBA procurou obter a concessão do aproveitamento hidrelétrico antes da concretização dos itens estabelecidos no protocolo, enfraquecendo a estratégia do governo paranaense para obter uma compensação maior.

Mídia – Desde as primeiras informações divulgadas sobre UHE Tijuco Alto a mídia, especialmente escrita, teve grande importância ao noticiar o conflito. De uma certa maneira ela serviu como um termômetro do conflito, pois as notícias e artigos abundaram nos momentos de maior embate entre os atores, reduzindo-se em momentos em que o conflito tornou-se menos visível. Assim, pode-se encontrar um grande número de reportagens no

¹⁷ O fórum realizou-se em 28 de março de 2003 em Registro (SP) com a presença do então governador Geraldo Alckmin, secretários de estado, prefeitos e políticos da região, empresários, produtores rurais, sindicatos, funcionários públicos, ONGs, quilombolas e o público em geral.

¹⁸ Como exemplos representativos deste discurso, Ver *Gazeta de Curitiba*, 09/06/1988, *O Estado do Paraná*, 22/07/1988, *Correio de Notícias*, 22/07/1988 e 16/08/1988, *Folha de Londrina*, 16/08/1988, *Indústria & Comércio*, 16/08/1988, que apresentam declarações do Vice-governador sobre o benefício duvidoso da usina para o Estado do Paraná.

período 1988/1989, época de grande mobilização contra a usina, bem como notas de divulgação do empreendimento pelo dono da empresa. No período de concessão e cassação das licenças ambientais 1994/1995 também encontra-se um volume expressivo de notícias. Em 2001, com a crise energética, a retomada do licenciamento da usina e as manifestações e mobilizações contrárias ao empreendimento, novas notícias reapareceram na imprensa. Finalmente, quando do indeferimento da licença em 2003, novo debate (ou embate) sobre o empreendimento se travou na imprensa¹⁹.

4. A dinâmica do conflito

A partir das primeiras notícias sobre a construção da usina publicadas pelo jornal *Gazeta do Povo* em 15/01/1987, começou o processo de preparação para o conflito e o início da mobilização dos moradores de Cerro Azul e Adrianópolis, no Estado do Paraná. O desconhecimento sobre o projeto de construção da usina, associado aos boatos de que a praça central da cidade de Cerro Azul poderia ficar alagada e o município seria cindido em dois, levou a população a um estado de pânico. Foi então criada a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, a partir de uma reunião no Sindicato Rural de Cerro Azul da qual participaram alguns pequenos produtores rurais, membros da associação de moradores, da igreja, da comunidade escolar e da comunidade em geral.

Os anos de 1988 e 1989 foram os de maior mobilização no lado paranaense. Através de cartas abertas à população, ofícios, manifestos e por meio do *Jornal Peskisa*²⁰ o movimento foi expressando suas demandas, reunindo argumentos contra a construção da barragens.

A principal estratégia de mobilização dos atingidos no Paraná, centrou-se na realização de *assembléias populares* para as quais foram convidados políticos, autoridades ambientais, o empreendedor, além da população. O dono da empresa, Antonio Ermírio de Moraes, e o Instituto Ambiental do Paraná estiveram presentes nas duas assembléias realizadas. A primeira assembléia popular ocorreu na tarde do dia 07/09/1988 na praça

¹⁹ Ver os seguintes jornais: *Gazeta do Povo*, 15/01/1987, 20/05/1988, 09/06/1988, 30/06/1988, 1º/03/1989, 28/10/1989; *O Estado do Paraná*, 22/06/1988, 16/08/1988, 03/08/1989; *Correio de Notícias*, 22/07/1988, 16/08/1988, 03/08/1989; *Folha de Londrina*, 22/07/1988, 16/08/1988, 09/09/1988, 28/10/1989; *Jornal do Estado*, 22/07/1988, 08/09/1988, 03/08/1989, 31/10/1989; *Tribuna do Paraná*, 16/08/1988; *Indústria & Comércio*, 16/08/1988, 07 e 08/09/1988, 1º/03/1989, 03/08/1989, 31/10/1989; *Curitiba Hoje*, 31/10/1989; *Gazeta Mercantil*, 23/12/1992, 23/12/1992, 24/10/1994, 27/11/2003; *O Estado de São Paulo*, 13/10/1993, 18/11/1994, 13/03/2001; 11/04/2001; 10/05/2001; 21/05/2001; 19/06/2001, 14/06/2001, 15/02/2002; 02/10/2003; *Jornal da Tarde*, 02/08/1994; *Jornal do Campus*, 14/10/1994; *Valor Econômico*, 27/11/2003; e *Jornal do Brasil* 18/01/2004.

²⁰ Este jornal comunitário (ligado à escola estadual) do município de Cerro Azul contava com a colaboração dos jovens estudantes na elaboração de reportagens e pesquisas de opinião com a comunidade, atuando também como meio de divulgação do movimento e suas atividades.

principal da cidade de Cerro Azul e teve a participação de cerca de 2.000 pessoas. A segunda, ocorreu em 27/10/1989 e compareceram cerca de 1.000 pessoas. Em ambas as assembleias cada uma das partes expôs seu ponto de vista e colocou-se em votação se a população era favorável ou não à construção da usina e esta foi rejeitada por unanimidade, o que foi amplamente divulgado pela imprensa. Após as assembleias, a questão da construção da usina foi considerada como resolvida e a comunidade foi se desmobilizando aos poucos.

A Comissão elaborou ainda o Memorial da Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira como uma espécie de *Contra-RIMA* que foi enviado ao governador do Estado do Paraná em 1989.

Nos anos de 1990 e 1991 o movimento sofreu um arrefecimento e o trabalho de mobilização foi reduzido. A mobilização foi retomada por ocasião da realização da Conferência do Rio, através do envio de várias cartas para entidades em nível nacional e internacional (Amigos da Terra, na Itália, e Greenpeace), mas jamais esteve tão forte como nos dois primeiros anos do movimento.

Praticamente ao mesmo tempo em que o movimento ia perdendo forças no Paraná, foi criado, em 21/04/1991 com sede em Eldorado/SP, o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB) para organizar a resistência contra a construção das barragens no Vale do Ribeira.

O MOAB apresentou várias objeções à construção das barragens, bem como identificou problemas que poderiam ser acarretados ou agravados, especialmente numa região com tantas especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais²¹. A partir dos resultados insatisfatórios da busca inicial por informações sobre o empreendimento, foram traçadas as estratégias de luta do movimento, entre as quais destacam-se: a elaboração de cartas de esclarecimento à população, cartas de repúdio aos empreendimentos para as autoridades estaduais, abaixo-assinados, moções de repúdio, ofícios e manifestos; realização de atos públicos em São Paulo (capital) e nos municípios

²¹ Dentre os problemas identificados pelo MOAB destacavam-se: i) a inundação de terras férteis; ii) o deslocamento de populações ribeirinhas e tradicionais (posseiros, agricultores, pequenos produtores, pescadores e comunidades remanescentes de Quilombos) e a mudança nos seus usos e costumes; iii) a perda da memória das comunidades (história/patrimônio cultural, especialmente a capela de Ivaporunduva e cemitério histórico de São João Sura); iv) a perda do patrimônio espeleológico que constitui um potencial turístico ainda não explorado da região; v) a morte do rio que é a fonte da vida na região, com o desaparecimento dos peixes e da fauna, e a morte dos últimos resquícios de mata atlântica no Estado de São Paulo; vi) a vinculação da produção de energia à produção de alumínio para exportação (no caso da UHE Tijuco Alto); vii) o não cumprimento das promessas de reassentamento verificados em casos de construção de barragens anteriores; ix) o aumento da população local e dos problemas sociais como a prostituição e o alcoolismo, além do aumento dos acampamentos de sem-terras “*passando fome ao longo das estradas*” com a população deslocada; x) o

afetados pelo conjunto das barragens (Eldorado, Registro etc.); realização de campanhas de esclarecimento à população; articulação com outros movimentos sociais e entidades para organizar a luta e ampliar a base de apoio do movimento; apoio aos projetos de Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Vale do Ribeira²²; solicitação, junto com outras entidades, de audiência pública na capital paulista, a fim de discutir mais amplamente o problema das barragens no Vale.

Desde a primeira solicitação de audiência pública, feita pela entidade ambientalista SOS Mata Atlântica em julho de 1990, organizações da sociedade civil, ambientalistas com assento no CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) e o próprio MOAB, solicitaram em diversas ocasiões a realização de mais uma audiência pública na cidade de São Paulo, a fim de que outros segmentos da sociedade, como cientistas, pesquisadores e representantes de outras ONGs tivessem oportunidade de manifestar-se sobre a construção da UHE Tijuco Alto²³. Um aspecto importante a ser ressaltado nas estratégias de mobilização e luta do MOAB é permanente afirmação da identidade quilombola das comunidades do Vale do Ribeira, frente às pretensões do empreendedor/empreendimento, especialmente em atos públicos e manifestações²⁴.

Durante os anos de 2001 e 2002 – especialmente no mês de março, em que se comemora o dia internacional de luta contra as barragens²⁵ – enquanto os ameaçados do Vale do Ribeira se mobilizavam sob a liderança do MOAB, o MAB organizou inúmeras atividades na luta por mudanças na política energética nacional²⁶. No início de 2003, o MAB teve audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e entregou um

aumento de doenças e mosquitos em consequência das águas paradas nos lagos artificiais; e, principalmente; e xi) o fato de as famílias envolvidas não serem ouvidas sobre a construção das barragens.

²² Em 1992, em virtude das especificidades dos ecossistemas do Vale do Ribeira e dos seus problemas econômicos, sociais e ambientais, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (SMA/SP) contratou uma firma especializada para fazer o Macrozoneamento do Vale.

²³ Usando o argumento burocrático de que a audiência pública em Ribeira realizara-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes e já atendera às exigências legais do caso, a Secretaria de Meio Ambiente (SMA/SP) negou todos os pedidos de realização de mais uma audiência pública na capital.

²⁴ Ver por exemplo *O Estado de São Paulo*, 15/02/2002 – Moradores de quilombos fazem passeatas contra barragens.

²⁵ Em março de 1997 foi realizado em Curitiba o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. Deste encontro resultou o documento chamado de “Declaração de Curitiba, Pelo Direito à Vida e aos Modos de Vida das Populações Atingidas por Barragens” e a instituição do dia 14 de março como dia internacional de luta contra as barragens.

²⁶ No dia 14 de março de 2001 houve uma “ocupação” do Ministério de Minas e Energia por famílias de atingidos e/ou ameaçados por barragens em protesto contra a política energética brasileira. Os manifestantes reivindicaram a democratização do processo decisório, moratória na construção de novas barragens enquanto as pendências de projetos construídos ou em construção não sejam resolvidas, implementação das recomendações da Comissão Mundial de Barragens e reparação dos danos às populações atingidas.

documento no qual propunha a execução de projetos que priorizassem o desenvolvimento sustentável em diversas regiões do Brasil, incluindo o Vale do Ribeira.

4.1. Os Estudos de Impacto Ambiental e o processo de licenciamento

O EIA e respectivo RIMA²⁷ da UHE Tijuco Alto, apresentando os estudos para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento, foi protocolado na SMA/SP em 07.12.1989 e no Instituto Ambiental do Paraná em 27.12.1989. Os estudos mostram a UHE Tijuco Alto como um empreendimento que apresenta relativamente poucos impactos sociais e ambientais. Os principais impactos apontados como negativos foram: a inundação de áreas urbanas e rurais com impactos sobre a estrutura fundiária pelo deslocamento de cerca de 2.500 pessoas ou 539 domicílios, resultado da extinção de 639 estabelecimentos rurais; o aumento do tráfego e o impedimento de alguns acessos viários; o aumento do afluxo de população que modificaria a qualidade de vida nos municípios afetados; e a mudança na qualidade da água e a redução de algumas espécies de peixe em trechos do rio.

Como principais medidas mitigadoras desses impactos o EIA propôs: a aquisição das áreas e residências e a recomposição de escolas, postos de saúde, galpões agrícolas e outros bens afetados; a recomposição da malha viária; a criação de programas de geração de empregos²⁸; o estudo das condições do reservatório e o repovoamento do lago com espécies adequadas.

A principal conclusão que o EIA procurava demonstrar era que se os impactos sociais e ambientais eram inevitáveis, eram também contornáveis e/ou compensáveis através de ações e programas específicos que compatibilizariam os ganhos econômicos do empreendimento com a proteção ambiental.

Na primeira fase do licenciamento foram convocadas duas audiências públicas. A primeira coordenada pelo órgão ambiental de São Paulo, ocorreu na cidade de Ribeira/SP em 20/03/1993. Durante a audiência, um dos ambientalistas e membro do CONSEMA presente, denunciou a “seleção” dos participantes da audiência na recepção, por parte da CBA. Tal denúncia foi acatada pela mesa que imediatamente determinou que fosse garantido o acesso de todos ao recinto da reunião “*mesmo sem a apresentação de documentos*” (Relatório da Audiência Pública de Ribeira). A audiência foi marcada por manifestações favoráveis ao empreendimento, especialmente por parte dos políticos locais

²⁷ Estudos elaborados pelo Consórcio Intertechne/Engemin/Ipec, sob a coordenação técnica do primeiro. Após a concessão da licença em 1994, a OCTA desenvolveu para a Intertechne o Projeto Básico Ambiental da UHE Tijuco Alto.

²⁸ Foi prevista a geração de cerca de 1.500 empregos diretos durante os anos de pico da obra; durante a operação da usina este número seria reduzido para 123, entre técnicos especializados e pessoal de apoio.

que, além de louvarem a iniciativa do empreendedor, testemunhando a miséria e a falta de apoio do poder público no Vale, protestaram contra a realização de uma outra audiência pública na capital paulista, argumentando que somente a população local deveria opinar sobre os investimentos na região²⁹.

Após a realização da audiência pública em Ribeira, o MOAB protestou, com apoio de várias entidades da sociedade civil, junto ao então Secretário Estadual de Meio Ambiente, Dr. Édis Milaré, afirmando que audiência pública fora realizada somente com os políticos locais e sem a participação da população atingida, que seria a mais prejudicada com a construção da barragem. Estes protestos não tiveram resposta.

A audiência pública em Ribeira criou expectativas em relação à realização da audiência que aconteceria em Cerro Azul/PR, em 18/01/1994. Praticamente não houve a participação dos atingidos e a população presente manifestou-se através de vaias e aplausos. Entidades ambientalistas e outras entidades contra a barragem questionaram aspectos técnicos do empreendimento e protestaram contra sua construção, mas mal conseguiram se manifestar, pois foram muito vaiadas a cada intervenção. Somente os depoimentos dos políticos e de pessoas favoráveis ao empreendimento foram ouvidos em meio às palmas. Vaias e aplausos foram a marca desta audiência realizada num clima muito tenso.

O malogro nas audiências públicas (do ponto de vista daqueles que eram contrários ao empreendimento) teve efeitos diferentes sobre as formas de atuação dos dois movimentos descritos. No caso do MOAB, houve uma intensificação da organização e aprofundamento das questões relacionadas à luta contra as barragens e pela democratização das discussões sobre as políticas, projetos e programas públicos e privados no Vale do Ribeira. No caso da Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, ao contrário, o movimento, que já vinha declinando, enfraqueceu-se progressivamente.

A audiência pública em Cerro Azul não suscitou mais questionamentos do EIA e do RIMA por parte do IAP, e o governo do Paraná concedeu a Licença Prévia Ambiental para a construção da UHE Tijuco Alto em 11/02/1994, apontando algumas propostas para a mitigação e/ou compensação dos impactos negativos do empreendimento, além das medidas apresentadas no próprio EIA.

²⁹ Foram registradas na Ata da *audiência pública* as seguintes manifestações como favoráveis ao empreendimento: prefeitos (8), ex-prefeitos (3), vereadores (4), representantes de associações de moradores (1) representantes de partidos (2), deputados (1), não classificados (2), associação comercial (1), Federação de Trabalhadores Agrícolas (1), entidades da região (3). Também foram registrados alguns questionamentos feitos pelo Delegado de Polícia e pela representante do Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

A audiência em Ribeira, ao contrário, resultou na solicitação de informações adicionais pela SMA/SP sobre questões sócio-econômicas. As principais informações solicitadas diziam respeito à criação de empregos permanentes; propriedades compradas, cadastradas etc., pelo empreendedor; construção e recuperação de estradas e pontes; áreas não inundáveis adquiridas para reassentamento da população; e a definição do vínculo desta população com a terra. Além disso, a CBA deveria indicar como pretendia criar riqueza no Vale do Ribeira a partir do empreendimento; que porcentagem da energia gerada seria revertida para o benefício da própria região e como seria resolvido o caso das famílias que teriam de deixar suas terras antes de ter acesso a outras terras.

A sessão do CONSEMA que discutiu a aprovação do EIA e conseqüentemente, a viabilidade ambiental da construção da UHE Tijuco Alto em São Paulo foi tumultuada, marcada por manifestações contra e a favor ao empreendimento (dentro e fora do plenário) e suspeitas de que a questão já tinha sido previamente decidida em favor do empreendimento. A viabilidade ambiental do empreendimento UHE Tijuco Alto – com as medidas mitigadoras apontadas no EIA e mais as 108 exigências condicionantes do órgão ambiental – foi aprovada por 19 votos favoráveis, 07 contrários e nenhuma abstenção; sendo registrada como Deliberação CONSEMA 27/94, de 26/05/1994. A concessão das licenças ambientais em São Paulo e no Paraná gerou protestos por parte de entidades ambientalistas, dos movimentos de atingidos e de políticos ligados à temática ambiental que solicitaram aos governadores a revogação das licenças.

O processo de análise dos estudos ambientais da UHE Tijuco Alto na primeira fase foi bastante conturbado, marcado por manifestações e representações de políticos locais e regionais junto aos governos estaduais em favor do empreendimento; bem como por manifestações públicas de repúdio ao empreendimento no Vale do Ribeira e nas capitais dos estados (especialmente São Paulo) e tentativas de ampliar o número de audiências públicas para a discussão do RIMA, por parte do movimento contra as barragens. Para o movimento contrário à construção da usina, o EIA e o respectivo RIMA não havia sido plenamente discutido em termos de detecção e avaliação de impactos a ponto de fundamentar uma tomada de decisão consistente. Tal fato somava-se a uma série de outros fatores: suspeição de favorecimento ao empreendedor quando da outorga do aproveitamento hidrelétrico pelo DNAEE; existência de uma série de estudos ambientais não completados devidamente (análise conjunta dos efeitos ambientais dos empreendimentos planejados na mesma bacia hidrográfica); existência de pareceres contraditórios (como a qualidade da água) que geravam um alto grau de incerteza sobre a

viabilidade do empreendimento; e uma insatisfação com o resultado das audiências públicas realizadas, devido à impossibilidade de as pessoas e instituições contrárias ao empreendimento se manifestarem adequadamente. Assim, o Ministério Público interviu, obtendo a suspensão das licenças concedidas e reiniciando o processo de licenciamento numa nova instância: a federal.

A assunção do processo de licenciamento por parte do IBAMA, a partir da ação do Ministério Público, reforçou a crítica de que os documentos apresentados pelo empreendedor eram, de fato, insuficientes e incompletos para subsidiar a tomada de decisão sobre a construção da barragem. Pressionado pelas circunstâncias, o IBAMA formulou uma série de novas exigências ao empreendedor e requereu a compatibilização dos condicionantes impostos anteriormente pelos estados, por ocasião do julgamento das licenças. Além de retomar a análise dos documentos e estudos apresentados pelo empreendedor, o IBAMA enviou técnicos a campo (setembro e outubro de 2001) para analisar os meios físico e biótico, e visitar comunidades remanescentes de Quilombos.

Em 2001, com a crise energética e a ameaça de “apagão”, a discussão sobre a construção da usina de Tijuco Alto – que entrara em um processo de institucionalização com ações pontuais de cada parte (empreendedor e atingidos) para marcar posição – reacendeu com força total. Ocorreram novos enfrentamentos através de manifestações públicas de protesto e nova onda de artigos publicados em jornais³⁰. Surgiram novas pressões tanto no sentido da concessão das licenças por parte da ANEEL, da Comissão de Gestão da Crise Energética e do empreendedor, quanto no sentido da não concessão por parte dos atingidos e entidades ambientalistas.

Após 15 anos de luta popular (de 1988 a 2003) e cerca de oito anos de análise do processo (de 1995 a 2003), o IBAMA finalmente concluiu que o empreendedor não conseguiu provar a viabilidade ambiental do projeto e, em 25 de setembro de 2003, a Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental indeferiu a licença ambiental para a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Ao mesmo tempo em que era negada a licença prévia ambiental à UHE Tijuco Alto, o governo federal definiu o setor de infra-estrutura como prioritário para investimentos

³⁰ Ver Jornal *O Estado de São Paulo* nos dias 13/03/2001; 11/04/2001; 10/05/2001; 21/05/2001; 19/06/2001 e 14/06/2001.

(públicos e privados), no Plano Plurianual 2004-2007³¹. Este fator, associado à negação das licenças para Tijuco Alto e Santa Izabel no rio Araguaia, contribuiu para acirrar uma espécie de “crise” no setor de licenciamento ambiental, capitaneada por entidades empresariais como a ABDIB (Associação Brasileira de Infra-estrutura de Base) que passou a considerar o licenciamento ambiental como o principal “entreve” aos investimentos do setor privado no setor de infra-estrutura³².

5. Os valores em questão: a luta ideológica em torno da construção de barragens no Vale do Ribeira

Para o empreendedor, a polêmica em torno da construção da UHE Tijuco Alto é uma questão ideológica: os movimentos contrários à construção da usina fundamentariam sua oposição no fato de o empreendimento localizar-se no Vale do Ribeira, e não pelo seu porte ou importância dos impactos. Na verdade, a discussão sobre o empreendimento estaria canalizando um confronto entre *a visão dos ambientalistas* e *a visão dos desenvolvimentistas*.

Num documento elaborado após a suspensão das licenças (CBA/GRUPO VOTORANTIM/INTERTECHNE, 1995), a CBA afirmou que a formação da consciência ecológica, que teria resultado na obrigatoriedade da elaboração de avaliação de impacto ambiental por parte dos empreendimentos potencialmente causadores de poluição ou degradação ambiental, teria produzido, também, uma ruptura: por um lado, teria havido uma “*elevação do estágio ético e moral da população com relação a preservação do patrimônio ambiental*”; por outro lado, uma polarização ideológica a partir de um movimento ambientalista que se posicionaria contra os desenvolvimentistas. Neste sentido, a questão transcenderia “*os limites do bom senso e da racionalidade técnica para situar-se numa esfera de natureza mais política e até ideológica*” (CBA/GRUPO VOTORANTIM/INTERTECHNE, 1995).

Este confronto de visões teria sido responsável pela radicalização do movimento contrário à construção da barragem. Para a empresa, o Vale do Ribeira se beneficiaria muito com o desenvolvimento que a usina traria para a região se houvesse um tratamento racional e objetivo dos estudos ambientais relacionados ao projeto.

³¹ O PPA 2004-2007 foi objeto de grande discussão, especialmente em função de obras polêmicas na Amazônia. Ver notícias em *O Estado de São Paulo*, 24/08/2003 - O plano do governo para o futuro da Amazônia e 26/08/2003 – Obras não podem ser vistas com ‘preconceito’.

Do ponto de vista do movimento social de atingidos (e ameaçados) pelas barragens, o confronto tem claramente natureza política. O embate não se daria entre uma visão puramente conservacionista do meio ambiente e uma visão desenvolvimentista, mas entre duas visões diferentes de desenvolvimento: uma que se apoiaria na desigualdade, na exclusão da maior parte da população dos seus benefícios e na exploração predatória dos recursos naturais, representada pelo desenvolvimento capitalista, proposto pelos empreendimentos hidrelétricos; e outra que teria como base a integração e a inclusão dos diferentes grupos sociais num processo de desenvolvimento onde a distribuição mais equitativamente dos benefícios permitiria a preservação do meio ambiente, através de um “desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável”, preconizado pelas populações tradicionais. O desenvolvimento, portanto, seria parte das reivindicações do movimento, mas ele teria uma natureza específica, diferente do desenvolvimento proposto pela empresa.

6. Quinze anos de lutas: algumas considerações finais

Em Simmel, por sugestão de Nascimento (2001) encontramos uma definição repleta de positividade e que contempla a multiplicidade de conflitos que eclodem nas sociedades contemporâneas. Para este autor, o conflito seria um elemento de coesão social, uma vez que por meio deles pode-se “solucionar dualismos divergentes” mantendo a unidade da sociedade. Nesta perspectiva, os conflitos são, ao mesmo tempo, constitutivos e constituintes da sociedade moderna.

É também nos conflitos que se constroem identidades e alteridades. Nas sociedade democráticas, é no processo de afirmação e reconhecimento mútuo das diferenças e particularidades que emergem e se desenvolvem sujeitos coletivos dotados de vontade própria, projeto e ação política.

Conforme afirmamos em outro texto (LEMOS, 2002), a construção do espaço da ação política, depende de condições sociais e históricas relacionadas ao próprio processo de constituição da luta ambiental, do surgimento dos agentes sociais e do reconhecimento mútuo desses agentes como sujeitos políticos, da formação das alianças, da capacidade de mobilização e pressão, do estabelecimento dos objetos de disputa e da construção dos discursos e contra-discursos. São as condições objetivas da constituição do próprio conflito que vão favorecer o controle e a submissão dos agentes sociais ou o surgimento e a

³² Ver, por exemplo *Valor Econômico*, 27/11/2003 – Para Abdib, entraves ambientais afetam 7 bi em investimentos; *Gazeta Mercantil*, 27/11/2003 – Abdib cria comitê para rever exigências; *Folha de São Paulo* 21/12/2003 – Indústria

expressão de novas subjetividades e afirmação das diferenças nos processos de apropriação e uso de recursos naturais territorializados.

Os quinze anos de luta popular e a vitória contra o maior grupo econômico capitalista nacional teve muitos fatores intervenientes, mas é possível elencar alguns mais relevantes, aos quais atribuímos pelo menos parte do resultado:

i) *organização do movimento* contrário às barragens no Vale e a *articulação política* com outros movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições. A organização deu unidade e coerência ao movimento, enquanto as articulações políticas permitiram seu fortalecimento e ampliação da capacidade de ação (mobilizações, manifestações públicas, realização de campanhas de divulgação e esclarecimento, elaboração do próprio discurso etc).

ii) afirmação da *identidade quilombola* frente ao empreendedor/ empreendimento e ao resto da sociedade.

iii) *recurso jurídico*: busca do reconhecimento dos *direitos dos comunidades quilombolas* em relação às suas formas tradicionais de reprodução social, através do *pedido de titulação* das terras, amparado na Constituição Federal de 1988; recurso à ação judicial (ação civil pública)³³ para garantir o cumprimento da legislação ambiental brasileira.

iv) *acompanhamento de todo o processo de licenciamento* pelos movimentos e ONGs, junto aos órgãos competentes (IAP/PR, SMA/SP, CONSEMA, IBAMA, Ministério Público, governos estaduais) e pressão sobre estes órgãos (manifestações, envio de documentos, mobilização da opinião pública etc.).

Apesar da negação da licença, a direção da CBA não desistiu do empreendimento e pretende lutar por ele³⁴. O empresário Antonio Ermírio de Moraes também voltou a conversar com a Ministra da Minas e Energia sobre o empreendimento, a fim de ressuscitá-lo³⁵. A julgar pela disposição do movimento contrário às barragens no Vale nestes quinze anos, também não haverá trégua.

pressiona por mudanças no IBAMA.

³³ A intervenção do Ministério Público, a partir da solicitação do movimento contrário ao empreendimento, foi fundamental em todo o processo. A ação do Ministério Público permitiu a garantia do art. 225 da Constituição que estabelece que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o cumprimento no disposto na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que define as diretrizes e os instrumentos de gestão da Política Nacional do Meio Ambiente.

³⁴ Ver *Jornal do Brasil*, 18/01/2004 – Obra vetada depois de 12 anos.

³⁵ Ver *Valor Econômico*, 27/11/2003 – Para Abdib, entraves ambientais afetam 7 bi em investimentos.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu deixou subentendido que, em alguns casos, a decisão sobre determinados empreendimentos depende de *vontade política*. Seu comentário acerca da polêmica em torno do licenciamento ambiental de empreendimentos de infra-estrutura é bem claro:

“Mas empresário é assim. Primeiro faz e depois diz que não conseguiu licença ambiental. Tem que pedir licença antes. Muitos empresários não tiveram ainda resposta aos seus pedidos por covardia dos governos. É preciso ter coragem de dizer o que não pode ser feito.(...) Nenhum governo teve coragem de dizer a Antônio Ermírio de Moraes que o projeto no Vale do Ribeira simplesmente não pode ser feito.” (O Globo, 06/05/2004 – O objetivo é crescer).

Resta saber se nesta luta que continua permanentemente – visto que o modelo econômico dominante que engendra este tipo exploração dos territórios e dos recursos naturais permanece o mesmo – prevalecerá a vontade popular e a decisão política de manter a bacia do rio Ribeira do Iguape livre de barramentos.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL, DNAEE. Divisão de Controle de Serviços de Eletricidade. *Manual do Autoprodutor*. Brasília, 1989.

CBA/GRUPO VOTORANTIM/INTERTECHNE CONSULTORES ASSOCIADOS. *Usina Hidroelétrica Tijuco Alto – Informações Gerais – Esclarecimentos/ Estudo de Impactos Ambientais - Controle e Proteção Ambiental*. São Paulo, maio/1995.

DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. *Plano de Ação para o controle das Inundações e Diretrizes para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira*. Revista Água e Energia, abril/1999.

DRUMMOND, José Augusto. “Os Recursos das Florestas Tropicais Úmidas - Usos, Usuários e Perspectivas de Preservação e Sustentabilidade”, *Mimeo*, CDS/Unb, 1992.

LEMOS, Chélen Fischer de. Audiencias públicas y gestión ambiental en América Latina. *Revista Gestión y Ambiente*, Colombia/Medellín, diciembre/2002, Volumen 5, No.2, p. 63-86.

LEMOS, Chélen Fischer de. *Audiências Públicas, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Os Conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual*. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *A Difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.

VAINER, Carlos B. *O Caso dos Atingidos por Barragens*. In: Equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia (org.), *Conflitos Sociais e Meio Ambiente: desafios políticos e conceituais*, Rio de Janeiro: IBASE, 1995 (pp. 39-74).